|  |
| --- |
| **ATA DE REUNIÃO** |
| **Membros presentes:** | **Maria Angélica Alves Matos** – Juíza de Direito Representante da Associação dos Magistrados da Bahia – AMAB (Presidenta)**Bruno Barros dos Santos** – Juiz de Direito**Marcela França** – Juíza de Direito**Mirna Fraga** – Juíza de Direito**Débora Cerqueira Nobre de Sousa** - Servidora representante da Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGESP **Daniel Soeiro Freitas** - Defensor Público, representante da Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPBA**Carolina D’Amorim** – Advogada Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia**Bruno Calheira dos Santos** - Representante do Sindicato dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário do Estado da Bahia – SINTAJ**Robson Matos da Gama** - Servidor |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Data:** 30/10/2023 | **Início:** 14h15 | **Fim**: 15h22 | **Local**: Sala de reunião virtual (*Lifesize*) |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **EVENTO** | **ITEM** | **PONTOS DISCUTIDOS** |
| **27ª Reunião****da COGEN** | **1** | **Boas-vindas e apresentação das Magistradas Marcela França e Mirna Fraga;** |
| **2** | **Informações sobre o Curso de Capacitação;** |
| **3** | **Apresentação do projeto de comunicação da Comissão;** |
| **4** | **Discussão sobre expediente oriundo da Ouvidoria de Gênero relativa à senhora Rafaela Barbosa da Costa, mulher trans.** |

# DESENVOLVIMENTO DA PAUTA

Aberta a reunião, realizada por videoconferência, foi registrada a presença dos membros efetivos da COGEN acima citados. A Doutora Márcia Regina Ribeiro Teixeira,Representante da Associação dos Magistrados da Bahia; o Doutor Guilherme Vitor de Gonzaga Camilo, Juiz de Direito; os servidores Tiago Pascoal dos Santos, Representante do SINPOJUD e Marcelo Amaral da Silveira, Secretário da COGEN; e a servidora Carmen Sílvia Bonfim dos Santos Rocha, Representante da Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – ASSETBA apresentaram justificativa às suas ausências. Os demais membros ausentes não apresentaram justificativa às suas ausências, até o início desta assentada.

Dada a palavra aos membros presentes à assentada, não houve impugnações à Ata da 26ª Reunião Ordinária da COGEN, a qual restou aprovada, à unanimidade.

# Boas-vindas e apresentação das Magistradas Marcela França e Mirna Fraga;

# Feita a introdução pela Presidenta da COGEN, a Doutora Angélica Matos, apresentaram as Doutoras Marcela França e Mirna Fraga, que passam a integrar essa Comissão oficialmente a partir da Reunião Ordinária deste dia, ocasião em que relataram suas experiências profissionais e pessoais que as levaram a querer integrar a Comissão de proteção e defesa dos direitos LGBTQIAPN+ do Poder Judiciário do Estado da Bahia e receberam votos de boas-vindas e acolhimento dos demais membros.

# Em seguida, manifestou-se a Carolina D’Amorim, Advogada que retorna oficialmente nesta assentada à representação da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia, junto à COGEN, recebendo também os votos de boas-vindas e acolhimento dos demais membros.

# Informações sobre o Curso de Capacitação;

# Dada a palavra ao Doutor Bruno Barros dos Santos, Juiz de Direito, por ele foram detalhados os fundamentos da premente necessidade da criação e integração à formação regular deste Curso de Capacitação no âmbito do PJBA. Pontua que o Tribunal não apenas ainda permanece aquém das conquistas LGBTQIAPN+ da década passada, o que precisa ser corrigido com urgência, mas que também cabe ao Poder Judiciário o papel de primazia na preservação dos direitos conquistados e de expansão aos grupos ainda excluídos dos avanços já presentes, citando como exemplo mais explícito a população transexual no Brasil e no mundo.

# Em seguida, foram detalhados os conteúdos e palestrantes do Curso atual e o planejamento futuro de expansão e integração ao calendário regular de formação no âmbito do PJBA, bem como destacada a importância da divulgação do evento, garantindo o seu sucesso e fundamentando a necessária pressão administrativa para que a iniciativa não seja apenas um momento isolado.

# Por fim, foi pontuada a importância de a COGEN se comprometer a atuar de forma institucional, tanto para ampliar o peso de sua atuação no âmbito do PJBA, mas também como forma de preservar seus membros da excessiva exposição decorrente do genuíno anseio de fazer a diferença, uma vez que é sabido que a pauta de direitos abraçada pela Comissão gera ainda hoje muita repulsa e preconceito, mesmo nos espaços teoricamente mais qualificados do Tribunal. Por isso, a Presidenta da COGEN fez questão de reforçar a conscientização dos membros acerca da premência da ação de corpo, institucionalizada, inclusive como formar de honrar o sacrifício de seu primeiro Presidente, o Doutor Mário Gomes, ao não permitir que a Comissão restasse inerte enquanto essa consciência institucional de seu papel era construída entre seus membros, ao custo pessoal de atrair para si as mais diversas reações de incompreensão e agressões resultantes de seu esforço de promover inclusão e combater a discriminação, seja ela explícita ou velada. Aproveitou a atual Presidenta para deixar registrado o seu voto e torcida pelo pronto retorno desse membro pioneiro, no que foi seguida em solidariedade pelos demais membros presentes à Reunião.

# Apresentação do projeto de comunicação da Comissão;

# A Presidenta da COGEN, Doutora Maria Angélica Alves Matos, inicialmente ponderou a importância da Comissão dedicar especial atenção à sua página eletrônica no Tribunal, tanto como forma de dar a correta e necessária visibilidade à Comissão, mas especialmente para conferir maior penetração e notoriedade a seus trabalhos e contribuir de forma efetiva no aumento da conscientização cidadã, dentro e fora do PJBA. Em acréscimo, o Doutor Bruno Barros dos Santos pontou a necessidade de se batalhar pela categorização da COGEN como uma Comissão permanente do PJBA, inclusive com representantes em Comissões de finalidades compatíveis no âmbito de outras estruturas sociais (Ministério Público, Ordem do Advogados, Defensoria Pública, *et cetera*). Por fim, Doutora Marcela França lembrou a importância da Comissão se fazer presente e ativa nas redes sociais (*Instagram, X, Facebook, et cetera*).

# Discussão sobre expediente oriundo da Ouvidoria de Gênero relativa à senhora Rafaela Barbosa da Costa, mulher trans.

# Lido o expediente da Ouvidoria de Gênero pelo Doutor Bruno Barros dos Santos, deliberou que, apenas com base no citado expediente, não era possível deliberar-se acerca de qual postura a Comissão não apenas deveria, mas até poderia adotar, sem exorbitar suas atribuições. Ponderou-se sobre a importância do diálogo da COGEN com as demais Comissões do PJBA cujas atribuições com frequência se cruzam (tais como Assédio, Gênero, Igualdade e outras), para o estabelecimento de um protocolo de atuação conjunta e complementar de cada Comissão.

# Feitos os agradecimentos finais, foi dada por encerrada a 26ª Reunião Ordinária da COGEN.

#

# Interface gráfica do usuário, Aplicativo, Site  Descrição gerada automaticamente